

# **PROJETO DE LEI Nº 1.161/2020**

Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, relativas ao prazo de apresentação das obrigações acessórias contábeis e fiscais, bem como, procedimentos relativos a cobrança de multas e juros por atraso de pagamento das obrigações fiscais e financeiras a que se refere.

## **EMENDA DE PLENÁRIO**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Fica a União responsável pelos débitos referentes aos precatórios dos Municípios previstos nas respectivas leis orçamentárias de 2020, refinanciando-os diretamente nos termos do regulamento, conforme autorizado pelo §16 do art. 100 da Constituição Federal.”

## **JUSTIFICATIVA**

Esta emenda decorre da necessidade de se abrir espaço fiscal para os municípios gerirem suas finanças, no período agudo da crise sanitária e econômica em curso, em que ocorrerá redução de receitas e necessidades urgentes de intensificação de gastos, sobretudo na área da saúde.

Sala das sessões, 1º de abril de 2020.

**Deputado ENIO VERRI – PT/PR**